

3 O CEASM e o Censo Maré

3.1 A constituição do CEASM

No plano político mais amplo, as décadas de 80 e 90, no Brasil, foram marcadas pelas lutas a favor da redemocratização da sociedade brasileira³⁴. Isso produziu resultados importantes que afetam decisivamente os espaços populares. A criação do Partido dos Trabalhadores (PT); o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT); o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a atuação das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, são exemplos claros de uma reorganização e revitalização dos movimentos sociais após um longo período na clandestinidade imposta pelos militares. Esse movimento acaba por repercutir também nas favelas, onde os moradores lutavam pela melhoria da qualidade de vida e pelo reconhecimento de seus direitos.

Cabe ressaltar que dentro desse cenário temos o surgimento e a crescente atuação de Organizações Não-Governamentais. Essas instituições também se fazem cada vez mais presentes nos espaços populares onde atuam das mais variadas formas e nos mais variados campos.

Surgia assim, ao lado de partidos de esquerda e de movimentos sociais um novo campo de atuação política que muitos definem hoje, como *terceiro setor*. É bom dizer que este termo cada vez mais se torna impróprio para designar uma gama variada de instituições que não pertencem nem ao mercado e nem ao Estado.

A atuação dessas instituições abre um novo leque de ações e opções que passam pela pressão sobre os demais agentes - Estado e Mercado - na luta pela construção de alternativas para os graves problemas que enfrenta o Brasil. Assim, mesmo com a necessária redefinição e aprofundamento da discussão do termo *terceiro setor*, o fortalecimento das lutas sociais através das instituições não-governamentais é um fator importante para a transformação da realidade do país.

³⁴ O regime militar se esfacelava ante o desastre do “milagre brasileiro” e sob a pressão da sociedade civil.

Ainda nos anos 90, também na Maré há o surgimento de instituições não-governamentais que postulam a superação de problemas estruturais de suas comunidades. Entre essas instituições se destaca o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). Por isso, é interessante, a partir deste ponto, observar e discutir mais a fundo as características principais, idéias e importância para a Maré dessa instituição, pois é ela quem dirige o Programa Criança Petrobras na Maré, um programa educacional do qual falaremos mais adiante e é a razão deste trabalho.

A origem do CEASM está na junção das lutas internas pela afirmação da cidadania na Maré, ao mesmo tempo em que é fruto da experiência de moradores e ex-moradores que participavam de vários movimentos sociais, tais como: o movimento de base da Igreja Católica; os grupos de mulheres; os partidos de esquerda e as Associações de Moradores. Desse modo, essa é uma das características mais importantes do CEASM, pois lhe confere um perfil claramente comprometido com a causa popular e o legitima perante os moradores da Maré.

Assim, em 1997, um grupo de moradores se reuniu e começou a formular uma proposta de intervenção na realidade social e política das comunidades da Maré que pudesse ter um alcance maior e duradouro. Essa será marca do CEASM e seu maior diferencial em relação a outras instituições similares existentes na Maré.

Seus primeiros passos foram na direção do enfrentamento do problema da educação. Pois outra das características do grupo fundador era a de ter conseguido uma formação universitária, e de ser composto em sua maioria, por professores ou pessoas ligadas à educação. A partir da ampliação, via formação universitária, de seu espaço e tempo pessoal esse grupo reconheceu que era preciso contribuir para a ampliação do espaço e tempo dos moradores das comunidades da Maré, sobretudo, os jovens que não tinham acesso aos cursos universitários.

Nesse sentido, o primeiro projeto desenvolvido pela Instituição foi o curso pré-vestibular comunitário que contou com a colaboração de professores oriundos da própria Maré e o apoio financeiro de uma empresa de energia elétrica, e obteve no seu primeiro ano de vida uma aprovação de quase 50% dos alunos que chegaram ao final do curso.³⁵

Esse fato impulsionou o crescimento do CEASM, pois a aprovação de jovens oriundos da favela da Maré para as melhores universidades públicas e para a Puc-Rio era algo absolutamente novo. Muito embora, o movimento dos pré-vestibulares comunitários já existisse em várias favelas fazia algum tempo, na Maré, tal fato era novo. Pela primeira vez abria-se, a partir de um projeto coletivo, a perspectiva de uma carreira universitária aos moradores das 16 comunidades da Maré e com isso criava-se a possibilidade de uma intervenção qualificada dos jovens universitários na realidade local e na própria universidade.

Questões como a política de cotas, as bolsas que subsidiam a permanência dos jovens dos espaços populares, a adequação da universidade ao novo público que a procura e a imposição de questões ligadas às desigualdades sociais, são frutos da entrada cada vez maior de estudantes de origem popular. Esses estudantes levam para o meio acadêmico, assim como foi feito com a expansão da escola fundamental nos anos 30, 40 e 50, suas necessidades e visões diferenciadas o que exige novas posturas e capacidade de solucionar novos problemas por parte das universidades.

A primeira sede do CEASM foi construída a partir da doação de um terreno abandonado feito pela Associação de Moradores do Morro do Timbau, a comunidade mais antiga da Maré. Com a ajuda de novas pessoas que foram sendo incorporadas e com a captação dos primeiros recursos foi possível começar a construção das salas de aula que abrigariam o pré-vestibular. Essa fase inicial é de suma importância, pois consolida um dos traços mais importante da identidade do CEASM: o trabalho coletivo e a solidariedade. As dificuldades são superadas coletivamente e o sentimento de ajuda mútua e de pertencimento são muito fortes.(Censo CEASM, 2000)

³⁵ O curso começou com duas turmas improvisadas na Igreja Nossa Senhora dos Navegantes e tinha uma total de 130 alunos, dos quais 90 concluíram o curso e 41 foram aprovados para as universidades públicas. A estratégia de se iniciar as atividades por um curso pré-vestibular se justifica pela posição central do conhecimento científico no desenvolvimento da sociedade moderna. A idéia é que esse conhecimento seja posto a serviço dos espaços populares a partir do ingresso dos jovens moradores nos cursos universitários.

Observando o estatuto do CEASM podemos verificar que desde sua fundação, ele afirma-se como uma instituição que acredita na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária. Sua atuação é eminentemente política, no sentido maior desse termo, ou seja, a de que trabalha na perspectiva da transformação da Maré e da sociedade brasileira.

Por isso, nos parece claro, a partir de alguns documentos institucionais³⁶, que o CEASM busca uma posição que não seja a de mero prestador de serviços e muito menos a de substituto do Estado nas suas funções primordiais. Pelo contrário, ao desenvolver ações, que possibilitam a ampliação do horizonte cultural e educacional dos moradores, a instituição busca criar redes sociais que fortaleçam a luta pela democracia e cobrem uma ação Estatal pautada no respeito pelas comunidades populares e no reconhecimento delas como parte importante da cidade e da sociedade.

Assim, a atuação do CEASM e de outras instituições da sociedade civil é fundamental, pois quebra a lógica perversa da “cidade partida”. Nesse sentido, procurando conhecer melhor a realidade local e ao mesmo tempo desmistificar estereótipos e preconceitos, o CEASM realizou entre junho de 2000 e junho de 2001, com o apoio do Instituto Pereira Passos (IPP), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e da Escola Nacional de Ciência e Estatística (ENCE) um censo sobre a Maré. Esse é um trabalho importantíssimo, pois é o mais completo estudo sobre uma favela brasileira. Ele procurou captar uma série de questões ligadas à vida cotidiana dos moradores traçando um perfil social das comunidades englobando o econômico, o cultural e a educação.

Desse modo, na próxima seção trabalharemos com alguns dados extraídos do censo da Maré de 2000 e procuraremos compor um quadro, mesmo que de forma mais geral, de algumas das principais características das comunidades onde estão inseridas as escolas atendidas pelo Programa Criança na Maré.

³⁶ Estatuto e atas de fundação do CEASM, 1997.

3.2

O CENSO do CEASM e as características da Maré

A idéia de fazer um censo da Maré, denominado: “Quem somos, quanto somos, o que fazemos?” começou a ser formulada no ano de 1999 e, segundo o que os autores afirmam na introdução do caderno do Censo realizado em 2000, o objetivo principal era o de propiciar um conhecimento mais completo sobre a realidade educacional, cultural e econômica da Maré. Isso poderia influenciar na aplicação de políticas públicas e nas ações dos próprios atores e instituições locais. A consequência mais esperada, então, era a modificação dos indicadores sociais apontados pelo estudo a partir de iniciativas locais que envolvessem o poder público.

O Censo encontra-se dividido em duas partes: a primeira publicada e a outra em fase de publicação. No primeiro relatório, que traz as informações da primeira fase do censo, podemos acompanhar a criação e a preparação do recenseamento onde fica clara a preocupação com a fidedignidade das informações e o extremo cuidado com a metodologia a ser aplicada. Por isso, como apontado acima, foram feitos contatos com a ENCE, o IPP e o IPEA, sendo que esses contatos se materializaram em ajuda técnica e preparação do pessoal que foi a campo realizar a coleta de dados.

Para trabalho de coleta foi construída uma base cartográfica que serviu de orientação para os pesquisadores, sendo que ainda hoje essa é a base mais completa existente sobre a Maré. Ela continua a servir de orientação para todos aqueles que pretendem conhecer melhor a realidade local.

Cabe ressaltar que nessa primeira fase do censo quatro eixos foram priorizados: população, habitação, educação e trabalho infantil. Para efeito deste trabalho usaremos também as informações da segunda fase do censo da Maré, ainda não publicada. Essa segunda fase complementa e amplia a primeira trazendo novos dados sobre questões como a renda, a vida dos moradores e seus domicílios.

A primeira informação importante que censo do CEASM trouxe foi o número total de moradores da Maré. Enquanto o censo do IBGE, realizado um ano antes, divulgou um total de 113.817 moradores, o CEASM contou 132.176. Esse é um dado muito relevante, pois aproxima e corrige os dados estatísticos da

realidade e indica que a população da Maré representa 2,26% da população do município do Rio de Janeiro e 0,97% do estado do Rio de Janeiro.

Isso coloca a Maré como o maior conjunto de favelas do Brasil e estabelece um marco populacional que deve ser levado em consideração por todos aqueles que queiram intervir na realidade local³⁷. Essa população está dividida de forma desigual nas seguintes comunidades: Baixa do Sapateiro, Mandacaru, Marcílio Dias, Morro do Timbau, Nova Holanda, Parque Maré, Parque União, Ramos, Roquete Pinto, Rubens Vaz, Nova Maré, Conjunto Pinheiros, Salsa e Merengue, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Esperança, Vila Pinheiros, Vila do João.

Ainda sobre a população da Maré o censo revelou outro dado relevante: 1/3 dela é composta por crianças de 0 a 14 anos de idade, sendo que desse total 16% é de crianças com idade de 0 a 6 anos e 14% com idade de 7 a 14 anos. Na continuidade dessa população jovem temos outro segmento importante: 30% dos moradores da Maré possuem entre 15 e 25 anos de idade. Assim, mais da metade da população da Maré é constituída por crianças, adolescentes e jovens.

Isso significa que devem ser pensadas políticas que atendam as demandas desse enorme contingente de pessoas a começar pela preocupação com a qualidade da escola de nível fundamental e médio e com o oferecimento de bens e equipamentos de cultura e lazer.

Esse é um assunto de maior importância, pois é exatamente nessa faixa etária que os jovens, e não apenas os da Maré, se encontram em situação de maior vulnerabilidade social. Em recente pesquisa do Observatório de Favelas-RJ (2006), uma instituição que pesquisa os espaços populares no Rio de Janeiro e no Brasil, sobre a questão da violência e o envolvimento de jovens com as redes criminosas, fica comprovado que é exatamente entre os 12 e 15 anos de idade que os jovens acabam por abandonar a escola e ingressar nessas redes.

Uma nova atitude frente aos jovens dos espaços populares deve levar em consideração ações que viabilizem programas e projetos que dêem oportunidades

³⁷ Com relação à discrepância nos números, isso pode ser explicada por conta da maior facilidade que os recenseadores do CEASM, todos moradores da Maré, tiveram. Isso se deveu ao fato dos recenseadores possuírem um melhor conhecimento das comunidades, de seus moradores e mesmo da geografia local. Não se pode descartar o fato das metodologias utilizadas serem diferentes e por isso produzirem resultados diferentes. Temos, por exemplo, o fato do IBGE ter considerado apenas nove comunidades da Maré, pois não considerou os conjuntos habitacionais como “favela”. Isso produziu uma diferença de pelo menos sete comunidades a menos do que o censo do CEASM.

de formação e inserção desses jovens em redes sociais que lhes permitam ampliar seu capital cultural e social, mas isso deve ser feito como política pública e de forma permanente. Não deve ser uma ação pontual, pois essas ações não produzem efeitos concretos.

Infelizmente o que temos visto são projetos que preconizam a “ocupação do tempo das crianças” pobres para evitar que elas se tornem criminosas, como se carregassem uma predisposição para o crime. Os programas sociais hoje oferecidos ficam muito aquém das reais necessidades dessas crianças e só reproduzem fórmulas desgastadas e pouco interessantes, são os famosos “cursinhos de informática” ou as “oficinas de percussão” que têm no domínio puro e simples das técnicas o seu fim.

Portanto, não é disso que estamos falando. O que queremos dizer é que os jovens da Maré devem ter o direito e o acesso a bens e equipamentos culturais e educacionais de qualidade desde sempre, não porque isso os desviaria de um potencial caminho do crime, mas porque são sujeitos de direitos e merecem os benefícios que a cidade e a República devem e podem oferecer.

Outro tema abordado pelo censo do CEASM foi a questão da habitação. Na Maré foram contados 38.273 domicílios que possuem uma média de 3,45 habitantes por domicílio o que fica muito próximo da média nacional, que é de 3,55 habitantes por domicílio. Contudo, quando comparados os dados de densidade demográfica da Maré com os dados do Brasil fica evidente o crescimento e o intenso povoamento na maioria das comunidades. Enquanto no Brasil essa taxa de densidade populacional é de 232,7 hab/100² em comunidades que compõem a Maré, como o Parque Maré, a taxa é de 965,9hab/100², sendo de 861,7 hab/100² na comunidade de Rubens Vaz.

Esse fenômeno está associado à verticalização dessas comunidades e afirma de forma contundente a total falta de uma política pública de habitação popular o que obriga as pessoas a construírem, de forma individualizada, a solução para o problema da moradia.

Ainda com relação a essa questão o Censo constatou que apenas 11% dos moradores da Maré possuem escritura definitiva de suas casas. Outros 25% possuem documentos de algum órgão público que reconhece a propriedade da casa. Outra forma de “legalizar” a habitação é a recorrência ao cartório de títulos ou à associação de moradores. Esse fato demonstra a necessidade que os

moradores têm de estarem em uma situação de legalidade com relação às suas propriedades o que afasta o estereótipo de marginal, no sentido de estar à margem da sociedade, que recai sobre os moradores da favela. Tudo o que essas pessoas mais querem é o reconhecimento do direito de ter sua casa.

Porém, não basta ter o direito legal a uma casa é necessário ter assegurado o direito de poder transitar e de se locomover dentro e fora da Maré. Direito cada vez mais ameaçado por conta do domínio dos grupos armados que controlam os territórios na Maré e em outras comunidades. E esse problema só vem se agravando no Rio de Janeiro, sobretudo, por causa da ineficiência do poder público que insiste em manter uma política de segurança pública absolutamente inadequada baseada na “política de guerra” principalmente quando pensa em ações nos espaços populares. Nesse sentido, uma das questões feitas pelo Censo de 2000 do CEASM interrogava os moradores a respeito da circulação por outras comunidades da Maré. O que temos é que, em média, 49% responderam que nunca haviam saído dos limites de suas comunidades e transitado por outros espaços da Maré. Somando-se a esse número a média das pessoas que raramente saem de suas comunidades, ou seja, 17%, podemos ter uma idéia do isolamento em vive grande parte das pessoas que moram na Maré. A tabela 2 apresenta com mais detalhes essa questão.

Tabela 2. Circulação dos moradores da Maré por outras comunidades

Comunidade	Nunca	Raramente	Às vezes	Freqüentemente
Vila do João	40,7	18,2	24,0	17,1
Salsa e Merengue	35,9	19,1	24,3	20,7
Conjunto Pinheiros	42,1	18,6	23,0	16,3
Vila Pinheiros	45,9	19,0	23,4	11,7
Conjunto Esperança	42,2	16,4	22,4	19,0
Bento Ribeiro Dantas	39,1	20,1	23,1	17,8
Nova Holanda	46,2	17,0	19,9	17,0
Nova Maré	39,2	20,8	20,8	19,1
Marcílio Dias	61,6	14,9	17,2	6,3
Ramos	61,8	12,7	13,6	11,8
Parque União	57,9	15,5	17,0	9,5
Rubens Vaz	58,3	12,9	14,7	14,0
Parque Maré	59,7	14,3	16,6	9,4
Morro do Timbau	57,5	17,6	14,0	10,9
Baixa do Sapateiro	55,2	16,5	15,6	12,7
Roquete Pinto	60,7	14,5	19,7	5,2
Maré	49,0	17,1	19,6	14,2

Fonte: Censo 2000, CEASM

Como podemos observar, em algumas comunidades, como é o caso de Marcílio Dias (76,5%), o percentual de pessoas que nunca ou que raramente transitam por outras comunidades é extremamente alto. Isso limita e muito as possibilidades de ampliação do capital cultural das famílias, pois esses moradores acabam também não tendo acesso a bens e equipamentos culturais que só são oferecidos em outros espaços da cidade e, por outro lado, também não ampliam suas redes sociais quando limitam suas vidas à vizinhança mais próxima. A tabela 3 apresenta de forma mais detalhada essa questão.

Tabela 3: Circulação dos moradores da Maré por bairros da Zona Sul ou da Barra da Tijuca

Comunidade	Freqüentemente	Somente no verão	Raramente	Nunca
Vila do João	27,8	14,4	14,4	23,0
Salsa e Merengue	19,8	15,7	15,7	29,6
Conjunto Pinheiros	31,6	22,7	22,7	13,9
Vila Pinheiros	21,4	16,9	16,9	27,3
Conjunto Esperança	34,8	14,9	14,9	19,3
Bento Ribeiro Dantas	22,1	17,8	17,8	30,1
Nova Holanda	20,5	17,9	17,9	29,0
Nova Maré	18,6	17,8	17,8	30,5
Marcílio Dias	10,6	16,6	16,6	38,1
Ramos	14,2	17,5	17,5	39,6
Parque União	26,1	13,5	13,5	29,1
Rubens Vaz	21,6	11,5	11,5	33,8
Parque Maré	12,3	20,6	20,6	33,7
Morro do Timbau	16,7	18,7	18,7	33,6
Baixa do Sapateiro	14,5	17,1	17,1	39,0
Roquete Pinto	15,0	16,8	16,8	42,8
Maré	20,8	17,0	32,2	30,0

Fonte: Censo 2000, CEASM

Podemos constatar, a partir dos dados acima, como os moradores da Maré circulam pouco por outros territórios da cidade. Certamente essa é uma das dificuldades que os estudantes de origem popular têm ao ingressarem no mundo escolar marcado por exigências sociais e culturais muito mais amplas do que aquelas oferecidas pelo território em que eles habitam.

Outro dado importante apontado pelo Censo realizado pelo CEASM diz respeito a uma pergunta voltada diretamente para a educação, mas que também tem a ver com a circularidade dos moradores. Ela questiona sobre a possibilidade do morador da Maré vir a fazer um curso profissionalizante em outra comunidade dominada por uma “facção rival” a que controla o território de sua comunidade.

A resposta, na média, foi que 48,5% dos respondentes não fariam jamais o curso nessas condições, enquanto 31,6% afirmaram que fariam, mas tomando muitos cuidados e só 19,9% responderam que não teriam nenhum temor. Abaixo, a tabela 4 oferece um panorama mais completo sobre esse tema.

Tabela 4. Percentual de moradores que faria um curso em outra comunidade que não a sua

Comunidade	Evitaria fazer o curso	Faria o curso tendo cuidados com segurança	Faria o curso sem temor quanto à segurança
Vila do João	48,2	29,4	22,3
Salsa e Merengue	44,3	31,9	23,8
Conjunto Pinheiros	46,3	28,0	25,8
Vila Pinheiros	45,7	35,3	19,0
Conjunto Esperança	48,7	33,7	17,6
Bento Ribeiro Dantas	46,1	32,3	21,6
Nova Holanda	48,2	33,5	18,3
Nova Maré	40,5	35,0	24,4
Marcílio Dias	56,3	27,2	16,6
Ramos	50,1	28,8	21,1
Parque União	50,6	30,8	18,5
Rubens Vaz	46,4	35,6	18,0
Parque Maré	49,6	33,0	17,4
Morro do Timbau	56,6	30,7	12,7
Baixa do Sapateiro	49,4	30,9	19,7
Roquete Pinto	56,1	23,7	20,2
Maré	48,5	31,6	19,9

Fonte: Censo 2000, CEASM

Esses dados apontam para um dos maiores problemas da Maré. O forte processo de particularização espacial existente na Maré determinado não apenas pela formação histórica de suas comunidades que se desenvolveram de forma autônoma, mas também pelo componente da violência, materializado através do domínio territorial de grupos armados, que cria as chamadas “fronteiras” internas.

Esse é um fenômeno importante para nosso estudo, ou seja, as escolas beneficiadas pelo Programa Criança Petrobras na Maré atendem a uma população restrita às “fronteiras” das comunidades onde elas estão inseridas. Por isso, o cenário exposto acima reforça o forte vínculo que cada escola mantém com o território e a população em que está inserida. Por isso, no quadro a seguir temos a distribuição das escolas públicas municipais em cada comunidade da Maré.

Quadro 2. Escolas da Maré por comunidade e ano de fundação.

Escola	Comunidade	Ano de fundação da escola
CIEP Elis Regina	Nova Holanda	1989
CIEP Hélio Smidt	Parque Rubens Vaz	1992
CIEP Ministro Gustavo Capanema	Vila do Pinheiro	1985
CIEP Operário Vicente Mariano	Morro do Timbau	1987
CIEP Samora Machel	Parque Maré	1989
CIEP Leonel de Moura Brizola	Ramos	1985
E.M. Armando de Salles Oliveira	Ramos	1961
E.M. Bahia	Morro do Timbau	1936
E.M Cantor e Compositor Gonzaguinha	Marcílio Dias	1992
E.M. IV Centenário	Baixa do Sapateiro	1958
E.M. Nova Holanda	Nova Holanda	1962
E.M. Teotônio Vilela	Conjunto Esperança	1985
E.M Professor Josué de Castro	Vila do João	1985
E.M. Tenete Gal. Napion	Roquete Pinto	1972

Fonte: caderno de instituições da Maré. CEASM 2000

O que podemos observar é que todas as comunidades da Maré são atendidas por escolas públicas e que a maioria dessas escolas foi construída no final da década de 80. Isso confirma o que dissemos a respeito da luta dos moradores pela garantia de seu direito de ficar em suas comunidades e, ao mesmo tempo, de ter acesso a bens e serviços como a educação.

Por isso, o problema da Maré, no campo da educação, não reside no número de escolas como ocorre em outros espaços populares, muito embora,

quando se trata da procura pelo Ensino Médio fique visível o estrangulamento da oferta de vagas, pois só existem três escolas para atender a um público muito maior do que a capacidade dessas instituições. Desse modo, hoje, a questão principal passa pela qualidade do serviço prestado pelas escolas, o combate à evasão escolar e o analfabetismo.

Trataremos, no capítulo 3, das taxas de evasão escolar e suas conseqüências. Por ora, podemos observar mais de perto o problema do analfabetismo na Maré que ainda é muito grave.

Com efeito, segundo dados do censo de 2000 (IBGE), a taxa de analfabetismo para o Brasil era de 13,6%, para o município do Rio de Janeiro essa taxa é de 4,4% e para a Maré é de 11,4%.

Desse modo, apesar de estar um pouco abaixo da taxa nacional, a taxa de analfabetos na Maré é quase o triplo do município do Rio de Janeiro. Isso significa dizer que dentre as 31 regiões administrativas (RA) existentes no município em 2000, a Maré tem o segundo maior índice de analfabetos.

Essa situação é agravada quando observamos o nível de renda da população local. Sabemos que a condição financeira, embora não seja determinante, mantém uma ligação estreita com o nível educacional e com os resultados escolares da população, pois quando famílias e indivíduos têm um nível de renda elevado podem investir mais recursos e tempo na educação formal.

Contudo, quando essas famílias e indivíduos – caso da Maré – não possuem rendimentos que possibilitam investimentos e gastos com educação e com equipamentos culturais, o que se tem é a criação de um ciclo perverso que associa baixa escolaridade e baixa renda, o que dificulta sobremaneira a vida dos moradores. Na tabela 5 podemos observar mais detidamente as faixas de renda dos moradores da Maré discriminadas por comunidade.

Tabela 5. Renda dos moradores segundo a comunidade.

Comunidade	0 a 1 SM	1 a 2 SM	3 a 6 SM	7 ou mais SM
Vila do João	5,72	63,6	28,20	2,45
Salsa e Merengue	6,65	64,6	27,95	0,76
Conjunto Pinheiros	4,09	57,5	34,11	4,29
Vila Pinheiros	8,32	63,7	25,43	2,51
Conjunto Esperança	5,33	55,4	35,31	3,94
Bento Ribeiro Dantas	5,59	63,3	28,32	2,80
Nova Holanda	3,71	69,3	24,91	2,12
Nova Maré	10,21	65,7	21,52	2,62
Marcílio Dias/Mandacaru	9,03	62,1	25,96	2,93
Ramos	5,97	60,4	31,34	2,24
Parque União	3,24	56,9	35,31	4,58
Rubens Vaz	4,30	64,6	29,11	2,03
Parque Maré	5,60	68,5	23,44	2,49
Morro do Timbau	1,58	60,9	31,75	5,79
Baixa do Sapateiro	2,80	65,3	28,45	3,45
Média da Maré	5,60	63,1	28,31	3,03

Fonte: Censo 2000, CEASM

Como podemos observar, há diferenças significativas entre as comunidades, muito embora no geral seus moradores se encontrem na faixa que corresponde a 1 e 2 salários mínimos. Algumas, como o Conjunto Pinheiros, o Conjunto Esperança, Ramos, Parque União e o Morro de Timbau, têm cerca de 1/3 de seus moradores nas faixas entre três e seis salários mínimos. Ao contrário, comunidades como Nova Holanda e Salsa e Merengue têm a maioria de seus moradores na faixa de 1 a 3 salários.

Contudo, quando comparamos os rendimentos dos moradores da Maré com outros espaços da cidade percebemos uma enorme diferença. Para efeito de comparação, segundo o IBGE (2000), o bairro do Leblon possui um rendimento nominal familiar per capita de R\$ 2.800,00 enquanto a Maré possui R\$ 214,00, ou seja, dez vezes a menos.

Certamente, uma desigualdade desse tamanho se refletirá na qualidade de vida dos moradores da cidade e marcará de forma indelével suas trajetórias, seja no campo profissional, pessoal ou escolar. As crianças das famílias da Maré terão

bem menos chances de se apropriarem de bens e equipamentos educacionais e culturais, o que pode limitar bastante seu desempenho na escola. Embora o fator econômico não seja absoluto, mantém forte ligação com o sucesso escolar.

No próximo capítulo analisaremos o histórico da implementação do Programa Criança Petrobras na Maré e uma série de indicadores escolares relacionados com seus possíveis efeitos educacionais. Com isso, procuraremos analisar se o Programa consegue ajudar a melhorar a qualidade das escolas e das aulas nas quais ele se faz presente, mesmo levando-se em consideração as questões socioeconômicas apontados acima.